

O NOVO ENSINO MÉDIO E A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO

EUVALDO COTINGUIBA GOMES

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

CLÁUDIO EDUARDO FÉLIX DOS SANTOS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO:

O presente artigo visa a analisar como se deu o projeto de Reforma do Novo Ensino Médio, examinando os elementos ideológicos presentes nessa, como forma de atender ao ideário neoliberal e, principalmente, a concepção de educação de determinadas fundações, cujas bases vinculam-se diretamente a teoria do capital humano. Apontaremos elementos que justificam nossa hipótese de que jamais tivemos um projeto de ruptura com o sistema ou projeto qualquer que não fosse sempre uma educação pensada para o atendimento dos interesses do mercado e, por extensão, das elites. A Educação ofertada por meio do Novo Ensino Médio subordina a educação e a escola ao mercado, pois aponta um projeto de formação de novos trabalhadores na perspectiva da governamentalidade neoliberal. Examinaremos conceitos como o de capital humano que se consolidou ganhando corpo e sendo incorporado ao projeto educacional por meio de diversos atores da sociedade civil, representantes dessas que, simultaneamente, de propositores passam a defensores do modelo visando atender aos interesses mercantis privados e não a um projeto de educação pública, gratuita, universal e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Novo Ensino Médio. Reforma.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the New High School Reform project came about, examining the ideological elements present in it, as a way of meeting the neoliberal ideology and, above all, the conception of education of certain foundations, whose bases are directly linked to the theory of human capital. We will point out elements that justify our hypothesis that we have never had a project to break with the system or any project other than an education designed to serve the interests of the market and, by extension, the elites. The education offered through the New High School subordinates education and the school to the market, as it points to a project to train new workers from the perspective of neoliberal governmentality. We will examine concepts such as human capital, which has been consolidated and incorporated into the educational project through various civil society actors, representatives of which, at the same

time, go from proposers to defenders of the model, with the aim of serving private market interests rather than a project for public, free, universal and equal education.

KEYWORDS: Education. New High School. Reform.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos, por meio dessa pesquisa, algumas evidências de como o projeto de reforma do Novo Ensino Médio (NEM) atende, cada vez mais, às necessidades das classes dominantes e do sistema capitalista, capturando e incorporando os diversos instrumentos e organismos do próprio Estado a fim de melhor servir aos seus interesses. Mais que isso, tudo sendo feito como se esse fosse o único caminho de melhoria e recuperação do sistema educacional. Contudo, o que se tem é uma reforma que visa atender primeiramente aos interesses do mercado, aproveitando-se e transformando o espaço público educacional em mais uma de suas fontes de lucro para a acumulação.

Nesse contexto, nossa hipótese é de que a educação se mantém e segue aprofundando a vocação de servir e atender aos interesses das classes detentoras do poder e ao próprio capital. Essa situação se dá, sobretudo, quando a educação incorpora em si teorias como a do *Capital Humano* sutilmente postas no sistema por meio dos diversos materiais formativos e das próprias teorias educacionais baseadas nesses elementos.

Pretendemos, por fim, identificar e apontar no Novo Ensino Médio alguns elementos ideológicos absorvidos e difundidos nesse projeto que corroboram a tese de que a educação foi e segue sendo uma das mais eficientes armas do sistema capital. Para tanto, mesmo que as teorias e movimentos que contestam o sistema o absorvam e se submetam ao aparato instrumental desse e, por vezes, justificam sua adesão pelas vias de um discurso seduzido pelo canto da sereia do vocabulário sistêmico, ainda assim, a educação segue o que sempre foi: uma poderosa arma não somente para o aprimoramento, a eficiência e o funcionamento do sistema, como também uma forma de contenção de qualquer revolta contra ele.

O NOVO ENSINO MÉDIO

Nas palavras de Fernando Azevedo (apud Niskier, 2001, p. 34), a educação na sociedade brasileira desde “[...] a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”, sempre foi um projeto a partir e para as elites que, em sua história, traz elementos que mostram como essa sempre atende aos interesses do capital, em um seguimento cego às regras do mercado. Por essa leitura, assim como assevera Niskier (2001):

[...] a organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas (Niskier, 2001, p. 34).

Dessa maneira, nessa seção iremos construir uma linha histórica do pensamento educacional brasileiro recente, apontando no Novo Ensino Médio alguns elementos ideológicos que visam ao atendimento das demandas das elites e do mercado, deixando para segundo plano os projetos reais de transformação da sociedade.

O Novo Ensino Médio teve seu lançamento pelo Ministério da Educação (MEC) em setembro de 2016. Esse projeto se deu por meio da Medida Provisória Nº - 746, de 22 de setembro de 2016, a qual instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e, ainda, a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Vale lembrarmos que, há aproximadamente 20 anos, o país vinha discutindo uma reforma para o Ensino Médio, pois era sabido e necessário que essa acontecesse. Entretanto, o que se deu a partir do Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi um atropelo de todo esse processo, visto que tudo que se havia discutido, simplesmente, foi desconsiderado e se apresentou uma reforma a toque de caixa. Essa reforma foi apadrinhada, sobretudo, pelos setores que defendem um modelo de educação voltado ao mercado.

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e, em seguida, sancionado pelo presidente da República, Michel Temer, em fevereiro do ano seguinte, 2017. Para entendermos como este processo visa atender a uma demanda de investimento externo, submetendo-se aos organismos internacionais, no mês seguinte, março daquele mesmo ano, o MEC já o

apresentava a representantes do Banco Mundial e pleiteava investimentos junto desse para a implementação do referido projeto.

Em abril do mesmo período, o Senado Federal aprovou o acordo para celebração e recebimento de tais recursos[1]. A partir deste momento, tivemos uma verdadeira corrida para que o projeto pudesse seguir e ter sua implementação nos Estados o mais rápido possível. Em uma rápida consulta ao site do MEC, podemos encontrar diversas notícias publicadas nos meios de comunicação que mostram a *frenesi* que tomou conta do mercado, sendo esses manifestos de articulistas, consultores e diversos formadores de opinião defendendo não somente a reforma ou a urgência de sua implementação.

Dentre os Estados que primeiro implementaram a reforma, tivemos São Paulo e o Distrito Federal, que aprovaram suas proposições, sendo essas formuladas por consultorias de fundações e institutos empresariais como Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA. Essas são as principais articuladoras, formuladoras e prestadoras de consultorias em diversos estados e municípios do país, além de o fazerem ao próprio Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Logo, os estados de São Paulo e do Distrito Federal foram sendo seguidos pelos demais Estados que teriam até 2022 para inalteravelmente adequar e tocar o reformismo proposto. Entramos, dessa forma, em definitivo, no que podemos denominar “a era dos reformadores empresariais na Educação”[2].

462

NOVO ENSINO MÉDIO, IDEOLOGIA E O CAPITAL HUMANO

A educação no cenário de sociedade no qual nos encontramos, resulta por ser fruto da consciência alienada. Logo, ela atende e segue servindo à manutenção de um modo que é próprio da sociedade capitalista. Não há mudanças, mesmo que os discursos apontem possibilidades e os projetos de reformas apareçam com tais justificativas, essas são meros subterfúgios, pois funcionam como uma forma de acalmar as crises do próprio sistema e não para que se mude de fato o estado permanente de submissão e alienação social, como bem afirma Mészáros (2016):

Poucos negariam hoje que a educação e os processos de reprodução mais amplos estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as

práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico. É-se autorizado a ajustar as formas através das quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com a regra geral pré-estabelecida da reprodução societária, mas nunca se pode alterar a própria regra geral. (Mészáros, 2016, p. 25)

Ao apontarmos esses questionamentos, entendemos que o atual cenário da educação decorre de uma série de escolhas e projetos anteriormente implantados que, a partir do advento neoliberal e, mais recentemente, com o pós-neoliberalismo intensificou-se. Pensamos o neoliberalismo como uma ideologia que afeta e interfere sistematicamente nos projetos educacionais e nos projetos de educação como um todo.

Essas ideologias minam o sistema e estabelecem formas de pensar que eliminam por completo outros modos de refletir a própria educação. A esse respeito, apontam Anderson (1995) e Harvey (2008) que a preocupação e a ação central desses governos – guiados pela ideologia neoliberal – é atender aos interesses do sistema financeiro e, para isso, sacrificam empregos, estrangulam sindicatos, reduzem investimentos sociais, privatizam empresas estatais etc. Nesse sentido, abrimos possibilidades de interpretarmos determinadas características da sociedade atual como o processo de polarização política e o reaparecimento de ideologias extremistas.

Tratando-se de um projeto como o que se desenvolve a partir do Novo Ensino Médio (NEM), isso se evidencia, mais ainda, ao vermos que esse teve toda sua articulação a partir do setor privado em diálogo constante com representantes do poder público e, muitas vezes, tendo dentro do próprio sistema público agentes do setor privado agindo como mediadores nos espaços públicos. Pode-se apontar como exemplo a ação do “Movimento pela Base”, articulado e pensado a partir de instituições como Itaú, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Inspirare, entre outros; esses tiveram profunda participação na elaboração daquilo em que se tornou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada no pós-reforma do Ensino Médio, em 2018.

São diversas as fundações e suas estreitas ligações com o Ministério da Educação em todo esse estágio. Vale salientarmos que essas ligações vêm de longe, pois no processo da aprovação da Reforma do Ensino Médio tivemos participação ativa de outras organizações, como o “Todos Pela Educação”. Essas organizações, como bem define Catini (2021) são os ativistas do “bem comum”; contudo, esse “bem” sempre está direcionado e atende, essencialmente, aos interesses dos grandes conglomerados que, por vezes, são os seus patrocinadores e financiadores, e em troca acabam por torná-los seus porta-vozes e fiadores nas instituições públicas.

O NEM se torna, dessa maneira, um espaço privilegiado aos grupos empresariais; isso posto, eles podem seguir quase que funcionando como uma extensão de suas empresas. A Escola, por sua vez, converte-se em um espaço de treinamento, tudo isso possível graças aos consensos e hegemonia que essas empresas passam a ter dentro desses organismos. Nesse ponto, interessa-nos pensar de que forma o setor privado passa a municiar e alimentar os espaços públicos com suas ideologias e com todo aparato de condições que lhes interessam para poderem, assim, estender os tentáculos de sua exploração. Catini (2021) nos dá uma pista de como esse processo ocorre ao postular que:

O alto empresariado nacional apresenta suas ações como atividades “sem fins lucrativos” e promotoras de engajamento nas causas sociais enquanto parte da juventude que não tem mais nada o que vender – ou investir – além de sua própria pele, se autor representa como “ativista” do próprio empreendedorismo, ostentando um modo de vida “empoderado”, “autossustentável”. Desse modo, a empresa privada pode aparecer livre da forma empresarial e a juventude trabalhadora como simulacro de empresas de si mesmos. Talvez isso ocorra porque, de fato, há uma espécie de ativismo empresarial que se volta para os direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras, enquanto a militância juvenil – por adesão ou por necessidade – acabam representando papel de devoção ao capital (Catini, 2021, p. 92, grifos da autora).

No entanto, o que nos interessa é apontar aqui como esse processo alcança e se estabelece dentro das escolas e por meio dos diversos projetos desenvolvidos nesses espaços justamente através de toda a ideologia que trazem consigo, a fim de consolidar e sustentar a Educação como mais um *front* para a exploração. Nesse viés, a ideologia solidifica-se por meio de ações e também de materiais como livros e módulos distribuídos às escolas, antes, porém, essa vem devidamente justificada nos projetos de reforma educacional.

Tais projetos são devidamente subsidiados pelas diversas ações que os grupos financeiros por trás das diversas fundações e sua “boa vontade” em transformar e melhorar a

vida educacional do país. A esse respeito, apresentamos uma reflexão de Gaudêncio Frigotto (2012), acerca da questão em comento, quando declara que:

A ideologia do capital humano atualiza-se por novas noções que agudizam o ocultamento da perda do direito ao emprego, precarização, exploração e novas formas de expropriação do trabalhador e de adequação do conhecimento, cultura e formação ao que serve ao mercado e à acumulação de capital. No plano mais geral desaparecem as palavras de nação e desenvolvimento que são substituídas por mercado e mercados emergentes; O trabalho metamorfoseia-se em “trabalhabilidade ou laborabilidade” e a noção de emprego em “empregabilidade”; os direitos conquistados por desregulamentação e flexibilidade; a qualificação transmuta-se em carteira de competências e habilidades”. O resultado cínico desta operação ideológica é culpar o trabalhador por seu desemprego ou precarização do mesmo (Frigotto, 2012, p. 12, grifos do autor).

Ressaltamos ainda que, em nosso entendimento, a ideologia parte do pressuposto da ideia cuja racionalidade é submetida às suas próprias leis subjetivas, tomando o real muitas vezes como produto do mundo ideal. Nesse aspecto, tudo que hoje vemos ser aplicado no que toca à educação – e a esse processo de reforma empresarial a que está submetida – atende ao mundo ideal do mercado e de seus ideólogos.

Avançamos, aqui, para além do pensamento inicial sobre o que seria a teoria do *Capital Humano*, posto que está muito além da concepção inicial proposta por Schultz (1973), de que essa seria uma forma de ser capitalista por meio do investimento em educação e treinamento. Frigotto (2012) atualiza esse termo conceito ao mostrar – por meio da informação acerca de um trabalho realizado por professores da Universidade de Frankfurt, onde tratam de palavras do discurso público – que os sentidos se distanciam e acabam, até mesmo, por negar o que se propõe podendo esses, por meio das palavras, serem até violadores da dignidade humana. No caso do conceito de *Capital Humano*, escolhido em 2004 justamente por ser um termo que “[...] degrada pessoas a grandezas de interesse meramente econômico” (Altvater, 2010, p. 75 *apud* Frigotto, 2012, p. 10).

Vale ainda pontuarmos sobre a questão do *Capital Humano* e sua presença na educação, visto que já possuímos uma respeitável crítica produzida sobre essa teoria. Assim sendo, podemos destacar a obra de José Oliveira Arapiraca “A USAID e a educação brasileira”, livro publicada nos idos de 1982, que teve como pano de fundo o trabalho de pesquisa realizado durante o seu mestrado.

Nessa obra citada, o autor busca demonstrar que os investimentos realizados por meio da USAID na educação brasileira visavam, acima de tudo, garantir o lucro dos capitais investidos no país. Dessa forma, uma vez que o próprio sistema educativo assegurava a possibilidade de implementação do novo modelo econômico vigente nos países detentores do capital e nós, como um país de capitalismo periférico, carecíamos de educação que pudesse ser adequada e conveniente ao sistema. Essa é uma realidade que, conforme o pesquisador, vai se aperfeiçoar principalmente a partir de 1964. Outros trabalhos que destacamos é a obra “Educação e Capitalismo Real” de Gaudêncio Frigotto (1995) e “Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação” de Wagner Rossi (1978).

Não pretendemos, neste trabalho, cair no ingênuo juízo de que há no pensamento ideológico presente na educação atual, uma preocupação em preparar para o trabalho imediato requerido pelos setores produtivos. Essa questão é superada e muito bem apresentada suas razões em análise do próprio Frigotto (2006), ao tratar da questão em seu texto a “Produtividade da Escola Improdutiva” quando assevera que “[...] o específico da escola não é a preparação profissional imediata” (Frigotto, 2006, p. 166).

Em síntese, a Teoria do *Capital Humano*, hoje, materializa-se nas novas formas ideológicas que se formam nesses indivíduos. Há um processo de autculpabilização do sujeito, pelo insucesso na vida ou, até mesmo, o sentimento de incapacidade e de que não são bons o suficiente para as necessidades do mercado. Os novos indivíduos são formados para que desenvolvam habilidades e competências que lhes assegurem empregabilidade em uma sociedade que já não tem emprego e que responsabiliza o sujeito por esse fracasso, e não o próprio sistema e sua crise estrutural.

INFLUÊNCIAS PÓS NEOLIBERAIS E OS REFORMADORES EMPRESARIAIS

No que tange às influências pós-neoliberais na educação, notamos que para seus ideólogos, essa é tão somente mais um ramo da economia, reduzindo-a à função de criar e explorar o capital humano. A escola dantes pensada como universal é posta em xeque, submetida agora aos interesses mais perversos do Capital. Dardot e Laval (2016) indicam como as mudanças relativas à nova economia de mercado possibilitaram que o Estado ficasse totalmente à mercê dos interesses de mercado.

Nesse ponto, chamamos atenção à questão sobre como o discurso empresarial, do sujeito que se realiza exclusivamente pelas vias do trabalho, daquele que por mérito próprio conquista o mundo acabou por forjar o “indivíduo ideal” para a empresa. A escola envolveu-se e trouxe para dentro dos seus espaços a responsabilidade de formar esse “neo-sujeito”, esse “homem que faz a si mesmo”? (Dardot; Laval, 2016, p. 327). Há, portanto, uma nova forma de conceber o trabalho e a relação do sujeito com o trabalho e com a empresa.

O princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente são possíveis se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Em outras palavras, isso pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo (Dardot; Laval, 2016).

Essa compreensão é fundamental e ela fica mais evidente ao analisarmos os meios pelos quais os elementos ideológicos são devidamente postos nas reformas educacionais empresariais de forma sutil. Por exemplo, quando se constrói uma linguagem e vocabulário próprio a não assustar, mas, sim, cooptar os próprios educadores e todos aqueles que estão envolvidos na vida educacional e na vida escolar; uma das funções dessa nova linguagem, é produzir e distribuir os novos valores para a educação, valores esses que estão diretamente vinculados e de acordo com os valores do mercado. Tal linguagem traz consigo novas formas de associação e agenciamento das instituições educacionais, da escola, da secretaria de educação, do secretário e de todos os que estão ali no entorno participantes do processo educativo e pedagógico.

Esse processo é muito bem articulado e negociado por meio das fundações, organizações e demais entidades que operam como “amigas da escola”, consultoras e prestadoras de serviços para a melhoria educacional do país, do estado e do município. Ao fazerem isso, esses organismos estendem seus tentáculos sobre a coisa pública e passam a operar na defesa da privatização, da desregulação, da economicidade, da eficiência etc., do Estado.

O vocabulário neoliberal, por fim, serve única e exclusivamente para que tudo e todos sejam convertidos ao estado de mercadoria, por meio da naturalização do sistema capital dentro das instituições; esse vocabulário encontra-se totalmente incorporado e ativo nos espaços educacionais públicos. Em uma sociedade pós-neoliberal, já não precisamos disfarçar o seu alcance e propósito, pois ele não encontra resistência nem mesmo naqueles que historicamente um dia lhe foram críticos, como os políticos de esquerda. Toda essa conquista se dá, mormente,

por meio dessa linguagem absorvida, incorporada e tornada comum nos espaços em que se opera, seja na educação ou na própria sociedade em geral, como pontua Giroux (2019):

O neoliberalismo potencializou o modo como a linguagem é usada tanto na educação quanto na sociedade em geral. O neoliberalismo trabalha para se apropriar dos discursos associados à democracia liberal que já foram normalizados, para limitar seus significados e usá-los para significar o oposto do que eles significaram tradicionalmente, especialmente com relação aos direitos humanos, justiça, julgamento informado, ação-militância crítica e democracia em si. Está em curso uma guerra, não só em torno das estruturas econômicas, mas também se disputam a memória, as palavras, os significados e a própria vida política (Giroux, 2019, on-line).

Recordemos, em vista disso, o pensamento de Bourdieu e Passeron (2014) ao argumentarem ter a esquerda subestimado as dimensões simbólicas e pedagógicas da luta, não tendo sido capaz de forjar as armas adequadas para o combate neoliberal nesse *front*. Diante dessa realidade, como pensar a educação, ou melhor, há ainda o que pensar sobre educação? Em um primeiro momento podemos responder a essa questão tomando a síntese feita por Giroux (2019) ao dizer que:

A educação, no paradigma neoliberal deixou de ser vista como força central da política e ponto de intersecção de linguagem, poder e política. Mais que isso: em tempos em que a cultura civil está sendo erradicada, as esferas públicas esvaem-se e noções de cidadania partilhada parecem obsoletas, palavras que dizem a verdade, revelam injustiças e oferecem análise crítica bem-informada também já começam a desaparecer. Nesse quadro, é cada vez mais difícil atacar criticamente o que o liberalismo dá à colonização da linguagem (Giroux, 2019, on-line).

468

Esse processo, dentro dos espaços públicos de educação, ocorre de maneira muito tranquila e praticamente sem resistência das instituições. Ao contrário, as instituições, muitas vezes, acabam totalmente seduzidas e participantes ativas desse processo, são até mesmo as propositoras e parceiras com os setores controladores do capital. Ainda, essas instituições atuam como elementos que requerem um maior aprofundamento em sua análise, mas que servem para ilustrar algumas das formas pelas quais o processo de colonização das instituições se dá, ou seja, antes de uma colonização da linguagem existe uma colonização dos espaços. A pesquisadora Carolina de R. Catini (2021) nos relata e mostra bem essa situação em artigo publicado na Revista *Germinal*, salienta ela:

Na área da formação de profissionais da educação, a Cátedra de Educação Básica foi criada em 2018 dentro da Universidade de São Paulo (USP) por meio de uma parceria entre Itaú Social e o Instituto de Estudos Avançados (IEA). Em conjunto com o

financiamento da pesquisa por meio de capital privado, esse tipo de iniciativa perfaz uma estratégia poderosa da combinação da “política do caruncho” com o imediato preenchimento dos vazios deixados pelas mordidas, além de mostrar uma grande capacidade de ultrapassar barreiras e passar a transitar livremente na universidade pública, local onde encontrava maior resistência. Com essa articulação, o Itaú leva consigo para a universidade pública outros 17 “parceiros institucionais”, todos empresariais, dentre os quais a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Roberto Marinho. Por enquanto, a cátedra oferece cursos virtuais gratuitos de formação de professoras e professores, faz pesquisa da educação básica e tem edital de chamamento para projetos de pesquisa de pós-doutorado com ou sem bolsa (Catini, 2021, p. 100, grifos da autora).

Verificamos, para tanto, que essa é uma situação clara dos meios pelos quais os reformadores empresariais da educação conseguem alcançar seus objetivos e assumirem papel decisivo no processo educacional nacional. Eles ocupam o vazio deixado pelo poder público em termos de investimento e como “bons amigos da escola” desempenham e passam a definir e ter o controle sobre os modelos que querem dentro das escolas. Além disso, atacam da formação dos estudantes à formação dos que irão formar, são generosos na oferta de benefícios, pois sabem que, assim, assumirão os diversos *fronts*, educandos e educadores. Todos devidamente educados pelo capital e para o capital.

É a partir desse conjunto de ações que nasce a atual reforma do ensino médio. Ela não cai por acaso sob nossas cabeças, é resultado de um processo construído e devidamente preparado por instituições que desejam aprofundar seu controle e domínio sobre o modelo educacional brasileiro. Para isso, o momento ideal se dá justamente em um período de crise política das instituições em que um governo ilegítimo assume e abre as portas para entrada definitiva dos interesses privados.

A reforma apresentada e realizada por meio de Medida Provisória inicialmente e, depois, transformada em lei mediante projeto de Emenda Constitucional, veio para atender muito mais aos anseios dos grupos financeiros e empresariais que dos próprios estudantes, como justificado e amplamente discutido nas propagandas apresentadas nos meios midiáticos.

Outro aspecto observado, e que muitos pesquisadores chamam atenção, é o fato de que “a reforma é cruel com os estudantes porque cria uma ideia de que, se fizerem tudo certo, eles vão ter sucesso”. Ou seja, para além de ser um processo altamente ideologizado ainda compromete os aspectos subjetivos do estudante. Há, como destacamos anteriormente, uma

transferência da responsabilidade do fracasso sempre ao sujeito e nunca aos que controlam e operam o sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a questão da educação em um mundo dominado pela necessidade de conversão de tudo quanto há em mercadoria, constitui um dos grandes desafios do nosso tempo, sobretudo no campo educacional. As questões e reflexões rápidas que trouxemos nesse pequeno artigo, visaram levantar algumas possibilidades para esse "pensar, considerando o cenário brasileiro e, especialmente, elementos que possam abrir horizontes para o entendimento do fenômeno de reformas não como acontecimentos isolados ou ações pontuais, porém como uma construção presa aos elementos históricos do modelo econômico e da sociedade como um todo.

A Educação e os sujeitos nela envolvidos constituem, assim, mais um produto para o capital e uma fonte para ampliar o acúmulo de riqueza para grupos financeiros. Como tal, é preciso que se pense sobre para que possamos dentro desse espaço e sob tais condições, construir possibilidades de resistência, mas isso só será possível e real se tivermos clareza do que acontece nesse espaço.

Como se vê, no que diz respeito às relações entre educação e sociedade, entendemos que a educação traz consigo uma ampla margem de autonomia em face da primeira. Tanto que lhe cabe um papel decisivo na conformação da sociedade: evitar a desagregação social, como defende Saviani (1993); e garantir a construção de uma sociedade igualitária. De tal forma, esse papel constitui-se como um desafio à educação atualmente (Saviani, 1993).

Há outras questões a serem observadas e analisadas para melhor entendermos esse processo de reforma empresarial da educação. Um dos que chamam bastante atenção, mas que não foi possível analisar, é no tocante dos livros didáticos, totalmente reformulados e que tiveram a própria política de aquisição bastante comprometida.

Em uma rápida olhada no que foi encaminhado às escolas, é possível constatar que os livros sofreram grandes perdas, pois esses revelam, muito claramente, que o material disponibilizado visa muito mais atender aos interesses do mercado. Isso se dá pelo fato de que são materiais didáticos com baixíssima incidência de conteúdo, concentrados em uma pseudopedagogia de projetos que desconhecem ou excluem qualquer possibilidade de integração curricular, entre disciplinas e eixos temáticos. Além de apresentarem diversos

conteúdos de disciplinas distintas juntos, mas nada integrado e sem delimitações precisas das próprias disciplinas.

O que estamos vendo ao fim do projeto de reforma, é uma grande miscelânea de intenções sem qualquer coerência com um projeto real de reforma educacional de fato. Ao fim, podemos concordar com o que afirmou Michel Torres (2021), coordenador da “Frente Nacional por um PNLD Democrático” e professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro ao afirmar que “[...] trata-se de um projeto que veio para acirrar a dualidade estrutural da educação brasileira, direcionando os filhos da classe trabalhadora que estão nas escolas públicas para o mercado de trabalho precarizado” [3].

Um grande desafio posto nessa discussão é reafirmarmos e “[...] mostrar a necessidade lógica, social e histórica da escola existente na sociedade capitalista, pondo em evidência aquilo que ela desconhece e mascara: seus determinantes materiais” (Saviani, 1993, p. 41).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A REPRODUÇÃO** – elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes. 7ª ed. 2014.

CATINI, C. R. A Educação Bancária, “Com um Itaú de Vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p. 90-118, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43748>. Acesso em: 26 out. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora. 2006.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho em Tempos de Insegurança. *In*: Ciclo de Conferências do Bacharelado em Ciências do Trabalho. 2012. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: DIESE. 2012. Disponível em: <https://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/DIESE.-Artigo.-2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

GIROUX, H. O neoliberalismo é a nova face do fascismo – A linguagem da educação neoliberal. Entrevistado: Henry Giroux. Entrevistadora: Mitja Sardoc. Tradução: Coletivo Vila Matinga. **Blog do Alok**. 06 jan. 2019. Disponível em: <https://blogdoalok.blogspot.com/2019/01/o-neoliberalismo-e-nova-face-do.html#more>. Acesso: 26 out. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 4ª ed. 2016.

NISKIER, A. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE. 2001.

SAVIANI, D. **Educação e Democracia** – polêmicas de nosso tempo. Campinas: Editora Autores Associados. 1993.

Autores



1– Eivaldo Cotinguiba Gomes.

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Itapetinga, onde leciona Filosofia. Atualmente é discente no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB.

E-mail: euvaldo.gomes@ifbaiano.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7062225971004096>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2869-2155>



Claudio Eduardo Félix dos Santos

Graduação em história pela Universidade de Pernambuco (1998), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2011). É

professor titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) onde leciona nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade. É Pesquisador do Museu Pedagógico/UESB: grupo de pesquisa História e Memória das ideias e práticas pedagógicas Contra Hegemônicas e do Grupo de Estudos Marxistas em Educação (UNESP). Visando a contribuir com o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica, produz e orienta pesquisas e projetos de extensão no campo da memória e sua relação com a história e o trabalho educativo investigando questões relativas à construção de concepções de mundo e posicionamentos éticos e políticos na educação e na arte.

E-mail: claudio.felix@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7594684135461900>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0545-1102>

[1] A abordagem aqui apresentada teve como fonte de informações textos consultados no site: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/novo-ensino-medio>. A Medida provisória do Novo Ensino Médio pode ser ainda consultada na sua íntegra no seguinte endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48601-mp-746-ensino-medio-link-pdf&category_slug=setembro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 set. 2022.

[2] Sobre essa questão, há um importante e relevante artigo do Professor Doutor Luiz Carlos de Freitas publicado na **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012 intitulado “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação”. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade/119-v33-abr-jun-2012-educacao-sociedade>. Acesso em: 29 set. 2022.

[3] Sobre essa temática, vale a pena leitura da entrevista concedida por Michel Torres a Maíra Mathias, publicada pelo portal EPSJV/Fiocruz, em 18 maio. 2021 e reproduzida, também, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609406-livro-didatico-sela-guinada-para-o-novo-ensino-medio>. Acesso em: 24 out. 2022.